

HISTÓRICA

LAIANA PEREIRA DOS SANTOS*

Este artigo é mais uma preocupação acerca das fontes que se encontram no Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, que existe há 107 anos e desde quando foi criado como arquivo funciona na Prelazia. O conhecimento a respeito deste arquivo veio por meio das pesquisas que tenho feito para a materialização da dissertação do Mestrado em História, porém, em períodos alternados entre setembro a novembro de 2014 e ao conviver nesse espaço levantei questionamentos básicos como: Quando foi criado? Qual a intencionalidade de criar um arquivo especificamente indígena? Porque até agora não tem nenhum profissional arquivista? Alguma instituição nunca tentou fazer parceria para que houvesse uma organização do arquivo? Quem organizou no modelo que se encontra hoje? O que é preservado e o que é descartado? Quem procura esse arquivo?

Embora não tenha ido frequentemente como gostaria, das vezes que estive lá era somente eu, as fontes e os livros no arquivo. Encontrar as fontes que localizei e descobrir que existem mais ainda do que conheci, me deixou mais curiosa como pesquisadora e venho compartilhar nesse texto, fazendo uma breve descrição do Arquivo Indígena da Diocese de Roraima e das fontes partindo dos questionamentos acima citados, da experiência em curto tempo que tive e dialogando com Dom Roque Paloski (Bispo da Diocese de Roraima) e com o Padre Vanthuy Neto (padre que organizou este arquivo).

ANTES DO ARQUIVO: A MEMÓRIA, O TESTEMUNHO, O DOCUMENTO

Antes de abordar o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, é necessário falar do processo de constituição de um arquivo e a multiplicidade conceitual que abrange esse termo. Muitos pesquisadores “recebem” o arquivo “pronto”, “organizado”, com a sua documentação

*Graduada no Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Roraima (2011), Especialista em Metodologias para o ensino de História e Geografia pela Faculdade Internacional de Curitiba (2013) e aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

a ser “explorada”. Em outros casos isso não acontece, pois, muitas vezes encontramos um local totalmente sem nenhuma condição de funcionamento.

Independente desse contexto é importante fazermos algumas indagações: como esse arquivo se constituiu? Quem produziu os seus documentos? Como produziu? Porque produziu? Para quem produziu? Porque nele se guardam determinadas fontes e outras não?

Pelo acervo de um arquivo permeiam as memórias, as práticas sociais, as lutas, os acordos, as negociações, as identidades, as origens, as trajetórias, enfim, todos os aspectos da experiência humana que é político, social, cultural e histórico, devendo ser preservados e disponibilizados ao público.

Se uma grande parte do acervo de um arquivo é constituído de documentos escritos, vamos pensar um pouco sobre a documentação desse arquivo, sua “passagem do testemunho oral ao testemunho escrito, ao documento de arquivo” (RICOEUR, 2007, p. 178).

Segundo Ricoeur (2007, p. 156) “a historiografia é inicialmente memória arquivada e todas as operações cognitivas posteriores recolhidas pela epistemologia do conhecimento histórico procedem desse primeiro gesto de arquivamento”. Então, pode-se dizer que o primeiro momento do arquivo encontra-se na *memória*. Mas, o que é a *memória*?

Para Santos (1998, p. 23):

Memória, fisicamente, é o processo de aprender, armazenar e recordar uma informação. Ela não representa um depósito de tudo o que nos aconteceu. A memória é, por excelência, seletiva. Guardamos aquilo que, por um motivo ou por outro, tem – ou teve – algum significado em nossas vidas. Ela constitui o suporte fundamental da identidade individual e coletiva.

É importante destacar que *memória não é história*. A memória pode ser considerada matéria-prima para a história, uma vez que a memória é o que está registrado em cada pessoa (no seu corpo, na sua mente, etc.), enquanto a história é uma narrativa construída a partir da nossa memória. Para Bosi (2002, p. 25):

A linguagem é o instrumento socializador da memória, pois, reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o sonho as lembranças e as experiências recentes. A recriação do passado feita por pessoas simples, testemunhas vivas da História, é diferente da versão oficial que se lê nos livros. Os velhos contam a História vivida e sofrida por eles.

É interessante ainda apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o

que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro (BOSI, 2002, p. 26).

A autora coloca a memória como um instrumento de dominação, principalmente no meio educacional, já que, se pode ter o poder de “lembrar” ou “esquecer” momentos importantes ou não para a sociedade onde se vive. Segundo Nora (1993, p. 21):

A memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar. Neste quadro, há lugares para esta memória porque não há mais meios de memória. Estes lugares da memória são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Procuram escapar da história, sendo sua razão fundamental parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas.

Para o autor, a memória que aflora para a reconstrução da verdadeira história de uma sociedade é aquela guardada na lembrança de seus indivíduos, àqueles conscientes do valor de seu passado para o futuro das gerações. A memória é viva e não está delimitada ou depositada num único objeto, mais está em todos os lugares da sociedade, nas pessoas, nos bens culturais, na natureza, no espaço etc. Basta ao homem buscar os meios necessários para colhê-la e através dela reconstruir o passado e torná-lo presente e futuro.

A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos (LODOLINI apud JARDIM, 1995).

A memória que contribui para a construção de uma narrativa histórica significativa é aquela guardada na lembrança de seus indivíduos, os verdadeiros agentes da história, e que a vivem na luta do dia-a-dia. E quando a memória se torna testemunho? Para Ricoeur (2007, p. 155-156) “a memória declarativa se exterioriza no testemunho. Tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho”. Para passar ao arquivo tem-se que passar antes pelo testemunho.

O testemunho pode ser considerado a primeira categoria da memória arquivada, e com ele inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental (RICOEUR, 2007, p. 170). Assim, pode-se falar em 3 tipos de testemunho: o oral, o escrito e o não-escrito.

O testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. Os testemunhos orais só se constituem em documentos depois de gravados; eles deixam então a esfera oral para entrar na

da escrita, distanciando-se, assim, do papel do testemunho na conversação comum. Pode-se dizer então que a memória está arquivada, documentada (RICOEUR, 2007, p. 176).

O testemunho escrito consiste em textos que é a essência de um fundo de arquivo. A mudança de estatuto do testemunho falado ao de arquivo constitui a primeira mutação historiadora da memória viva submetida a nosso exame. Se transforma em discurso que vai rolar de um lado para outro; em um documento de arquivo aberto a quem quer que saiba ler (RICOEUR, 2007, p. 179).

Os testemunhos não-escritos são os que dependem igualmente da observação histórica, a saber, os “vestígios do passado” que fazem a felicidade da arqueologia: cacos, ferramentas, moedas, imagens pintadas ou esculpidas, mobiliário, objetos funerários, restos de moradia, etc. (RICOEUR, 2007, p. 181).

Nesse sentido, o pesquisador não deve se atrelar apenas aos documentos escritos, mas deve trabalhar também os testemunhos não-escritos, construindo assim um conhecimento pautado em vestígios, reconstruindo o passado, apoiado não apenas na História, mas em outras possibilidades que as outras ciências podem ceder. E não é só se apoiar nesses documentos para “escrever” a história, mas “criticá-los”.

É armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação dos arquivos. É a pergunta que constrói o objeto histórico ao proceder a um recorte original no universo sem limites dos fatos e dos documentos possíveis. Rastro, documento, pergunta formam assim o tripé de base do conhecimento histórico. Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, ele é procurado e encontrado (RICOEUR, 2007, p. 188).

E o que podemos falar sobre o arquivo constituído? O que é o arquivo? Essa é uma pergunta inevitável quando se trata de estudos sobre esse fenômeno. Para muitos, a imagem de um arquivo está ligada aos elementos físicos que não são o arquivo em si. Muitos até conhecem a função básica do arquivo que é disponibilizar as informações, os documentos que estão sob sua responsabilidade, porém, percebe-se também nas falas dos sujeitos a sua dimensão política e social, no sentido de promover o desenvolvimento pessoal ou coletivo.

O arquivo deve ser pensado como objeto de novas práticas e problematizações. Pensar o arquivo nessa perspectiva é entendê-lo globalmente, é identificá-lo na sua essência, é percebê-lo não como um espaço limitado, com funções limitadas, mas como um lugar social, dinâmico, de produção do conhecimento.

Quando se fala na palavra *arquivo* pode-se perceber a multiplicidade de conceitos atribuídos ao termo, mas é importante destacar que qualquer conceito atribuído a esse fenômeno é histórico, ou seja, “constituído em determinado momento do processo histórico, por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais, concretos” (VIEIRA, 2005, p. 9).

Assim, os conceitos atribuídos ao arquivo acompanharam e ainda acompanham de certa forma as transformações políticas, culturais e sociais ocorridas no mundo e a produção informacional que elas geraram. Não se pode falar do arquivo de forma estática, ele faz parte de um *campo real*, que se movimenta, se transforma; não o determinando, mas constituindo-o a partir das práticas sociais.

Dessa forma, o fenômeno do arquivo recebeu muitos significados que foram trabalhados conforme demandava o contexto histórico. Alguns teóricos discursam o arquivo como *lugar de memória*. Para Nora (1993, p. 13):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria.

Nesse contexto, os *lugares de memória* podem ser entendidos como locais de “guarda” da memória oficial, onde os homens visam preservar elementos significativos dos eventos da sua história, porém, estes eventos são importantes para quem? Para todos ou apenas um determinado grupo? Isso revela a dimensão política e social desses lugares com relação à luta pelo espaço e o direito à própria memória.

O arquivo é, muitas vezes, interpretado por um duplo significado: preservar o passado e ser o local onde podemos buscar provas e subsídios para reivindicar direitos. Nesse sentido, o arquivo pode assumir o papel de “*lugar de memória*”, aos quais os indivíduos recorrem para buscar informações que atestam suas origens ou trajetórias; mas não só eles, como também a reconstrução das histórias das instituições, organizações e grupos sociais (SILVA, 2011, p. 25).

O número de documentos que povoam o arquivo é imenso, sendo importante destacar que a maior parte das fontes disponíveis nesse lugar são documentos oficiais que refletem o pensamento de um grupo dominante. O pesquisador que queira “desvendar” esse universo

precisará utilizar técnicas inerentes à sua investigação. Ele não deverá ir para esse local com conceitos pré-estabelecidos, mas entender que o arquivo é um espaço de produção do conhecimento, e pode contribuir bastante para a construção de uma narrativa histórica significativa daqueles que tiveram o seu direito de falar “renegado” por muito tempo.

A PRELAZIA DE RORAIMA

A Prelazia, patrimônio histórico de Boa Vista desde 1993, funcionou como residência dos padres e bispos, escola e sede do governo quando Roraima ainda era Território Federal do Rio Branco. Em estilo neoclássico foi construída em 1907. De 1924 a 1944 funcionou como residência dos padres e bispos, e em 1944 o Capitão Ene Garcez dos Reis, governador do então Território Federal começou a utilizá-lo como sede do governo. Atualmente o prédio se encontra com a sua arquitetura original preservada e continua pertencendo à Diocese de Roraima.



Foto 1: Prelazia

Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

Conforme o Boletim Informativo nº 4 do Setor Indigenista (1982):

Os mais antigos documentos encontrados na sede da Prelazia reduzem-se a um registro de Batismo de 1840, no qual o padre reportava os batismos administrados durante as suas peregrinações anuais através do Território, naquela época dependente de Manaus. O Missionário não tinha residência fixa, mas parava nos povoados, surgidos perto dos Fortes construídos pelos portugueses para defender os territórios de fronteira das invasões dos ingleses e holandeses, como aconteceu em 1842 quando os ingleses ocuparam o lago Amacú e o único brasileiro presente, o Pe. José dos Santos Inocentes, que redigiu o registro que citamos.

A Igreja Católica antes da criação da Prelazia só fazia o resguardo de documentos oficiais como os de batismo, eucarístico, de entrada e saída. E somente depois foi pensado em criar um Arquivo Indígena já quando a Prelazia existia. A ideia surgiu a partir da concepção em que os povos indígenas eram de cultura imutável e tinha que ser pura, e havendo o contato com não-índios ou ditos “brancos” a cultura se perderia e seria extinta havendo a aculturação e perda de identidade étnica.

Nessa perspectiva, o Padre Vanthuy Neto em entrevista cedida afirma que a Igreja Católica em Roraima fez a guarda de todas as fontes ao que referia aos povos indígenas, pois se um dia essa cultura acabasse eles guardariam ao menos as fontes escritas. E por meio das fontes que fazem parte do Arquivo Indígena Dom Roque Paloschi afirma: “Nós temos uma dívida muito grande com os monges beneditinos, eles que souberam dar essa ênfase de preservar a cultura dos povos indígenas, a língua, a tradição, os costumes”.

Mas, essa exigência do arquivamento relacionamos com o que Artières (1998) diz dos arquivos pessoais no sentido que essa prática não tem somente uma função ocasional, mas que elas servem para ver sua identidade reconhecida, onde nada pode ser deixado ao acaso, devendo manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano.

É importante ressaltar que parte dos documentos do Arquivo Indígena foram distribuídos em três lugares: obviamente uma parte no Arquivo Indígena da Diocese de Roraima e os outros dois lugares não foram identificados, por uma questão de resguardo maior por parte da Igreja Católica.

Padre Vanthuy Neto diz que hoje pode falar melhor no assunto, mas no período dos conflitos por conta da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, assim como pontes que ligavam a estrada, casas e o Internato do Surumu foram queimados e com ele parte de sua documentação. Houve ameaças contra a Igreja Católica e então um certo medo em relação a toda documentação guardada na Prelazia, sendo assim elas foram divididas, mas prefere não comentar sobre os outros dois lugares.

O ARQUIVO INDÍGENA DA DIOCESE DE RORAIMA

Em uma sala pequena é onde se encontra apenas uma parte de inúmeras fontes indígenas do Estado de Roraima. Sem uma estimativa de quantos documentos o Arquivo Indígena guarda podemos observar que ele é composto por Atas de Assembléia Geral de Tuxauas, Atas e Relatórios de Reuniões Regionais de Lideranças, Relatórios da Assembléia da OPIR (Organização dos Professores Indígenas de Roraima), cópias de processos, Boletins informativos da Diocese alguns em parceria com o CINTER (Conselho Indígena do Território do Rio Branco), Projetos, Mapas de Demarcação de Terras Indígenas expedido pela FUNAI, Cartas de Lideranças Indígenas à FUNAI, Cartas de Imprensa Internacional, Jornais, Relatos de índios alguns escritos na língua Macuxi, Relatos de Missionários e Viajantes, Livros, Dicionários na língua materna, Dissertações, Teses e algumas fotografias, todos datados da década de 70 a 90. As documentações dos anos 2000 foram doadas e ficaram sobre a responsabilidade do Conselho Indígena de Roraima (CIR).



Foto 2: Arquivo Indígena Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

Dialogar com o Padre Vanthuy Neto foi fundamental para compreender melhor o arquivo, cheguei até ele por indicação de Dom Roque Paloschi e fiz inúmeras perguntas. E porque dialogar com ele? O Padre Vanthuy Neto atualmente reside em Manaus, mas passou alguns anos em Boa Vista. Formado em Teologia com Mestrado em História das Missões, sempre teve um carinho em trabalhar com arquivo e foi exatamente ele quem organizou o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima na forma da qual encontra-se atualmente. Compreender a lógica dele de guardar os documentos foi essencial até para a procura das fontes que são necessárias para a pesquisa do Mestrado.

Sendo assim o Padre Vanthuy Neto citou as fontes da qual pude perceber no arquivo, mas falou de um acervo que desconheço a partir da experiência lá: são cartas e estão divididas por nomes de comunidades indígenas. Ele não recorda de qual período e também citou um acervo de fotografias na qual nunca foram organizadas.

Em envelopes plásticos dentro de caixas de papelão enfileiradas na prateleira de estantes de ferro é que estão as fontes que tive contato, todas organizadas por temas, por exemplo, “Índios RR/C.I.R/ Correspondência-Documentos”, “Índios Brasil – Cultura. Língua. Evangelização”, “Índios RR/C.I.D.R/Boletim coleção 1 e 2”, “Yanomami – Saúde”, “Missão Catrimani”, “Missão Xitei”, “Grupos de apoio – Causa Indígena”, “Índios RR/Surumu/Cursos Liderança indígena”, “Políticos, Igreja e Questão Indígena”, “Dossiê Malocas”, “Raposa Serra do Sol – Publicações”, “Macuxi Maimu – Língua”, e assim estão organizadas as demais caixas.

Os jornais estão guardados em pastas estilo portfolio só que a maioria acompanhadas de cópias, e as legendas são vagas, não facilitam muito quanto ao conteúdo que consta ali dentro. Mas é como Ophir (2011) pressupõe, cabe ao historiador vencer os obstáculos colocados para uma produção historiográfica.



Foto 3: Organização do Arquivo Indígena



Foto 4: Organização do Arquivo Indígena

O acervo do Arquivo Indígena divide espaço com estantes de registros pessoais de funcionários, materiais das pastorais, e enquanto pesquisadores temos a preocupação de como futuramente estarão essas fontes, e Dom Roque como Bispo da Diocese também tem uma preocupação em conservá-los, mas afirma:

É difícil porque nós não dispomos de recursos né, então a gente procura mantê-los né dentro de um espaço razoável como você viu. Não temos parceria com ninguém e nos ressentimos disso, ou seja, porque com as nossas próprias pernas nós não podemos fazer muito, sem profissional específico, um ordenamento melhor, catalogação melhor, então nós nos ressentimos então temos que estudar

alternativas de como puder dar passo no sentido de manter e não perder aquilo que temos hoje aí no arquivo.

Quanto ao interesse por parte do Poder Público em melhorar o arquivo Dom Roque complementa:

Não posso dizer que tem, e não posso dizer que não tem, mas até agora nós não sentimos nenhum passo apesar de ter sido tombada, a Prelazia não tem nenhum apoio pra efetivamente nós implementarmos o serviço com o arquivo. Evidentemente que vindo um profissional ajudaria a sistematizar, ajudaria a dar um pouco mais de ordenamento ao nosso arquivo que foi feito apesar do esmero do Padre Vanthuy Neto né nas precariedades, nós não temos recursos pra isso.

A Diocese tem uma preocupação em querer melhorar a funcionalidade do arquivo, no entanto, não dispõe de recursos financeiros suficientes para isso, e embora existam grandes discussões acerca de história e memória, o que não é o caso deste artigo, ainda assim pensamos no mesmo sentido quando Nora (1993, p. 9) contribui dizendo que:

O arquivo é a memória em vida sempre carregada por grupos vivos, estando aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações. Quem irá escrever uma História e utilizar essa memória manipulando ou não, não cabe a mim, mas ao menos devemos ter o direito a esse vivido no eterno presente.

Em contrapartida discordamos com um ponto quando Nora (1993, p. 13) trata os lugares de memória antes de tudo, como resto; uma vez que os lugares de memória sobrevivem de sentimento em que não há memória espontânea. Não vemos, por exemplo, o arquivo como resto, mas sim como meio, ainda mais se tratando de um arquivo indígena, a memória pode até não ser espontânea, mas ela não deixa de ser memória.

O acesso ao Arquivo Indígena é limitado, e essa restrição é por conta de outras experiências em que houve perda de documentos. Dom Roque entende que o acesso é para estudante, pesquisadores que tem interesse em estudar e contribuir com os caminhos da História de Roraima, os caminhos da vida nas comunidades. Não é que se proíba a entrada nesse arquivo, mas se tem critérios. E esse arquivo é sempre procurado por universitários, principalmente da História e da Antropologia.

Nesse caso, é possível compreender que a preocupação com a preservação desse arquivo é por parte daqueles que o mantém diretamente, no caso a Diocese e pesquisadores que trabalham com as fontes que lá se encontram. Como Dom Roque bem disse temos que estudar alternativas para manter e não perder aquilo que tem no arquivo. Em outros termos,

como diz Ophir (2011), todas as línguas do mundo estão no arquivo. Nesse caso, todas as línguas do universo indígena se encontram no Arquivo Indígena da Diocese de Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de descrever sobre o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima foi uma iniciativa para reforçar a preocupação que tenho com aquele espaço. Ao longo dessa descrição foi possível repensar que as fontes para História Indígena em Roraima precisam de atenção por parte de pesquisadores, estudantes e interessados em geral que se mobilizem para pensar estratégias de melhorias do arquivo.

É preciso um compromisso de toda a comunidade com a Diocese de Roraima para a manutenção e preservação do Arquivo Indígena estudado, na perspectiva de facilitar o acesso, trabalhar com as técnicas arquivísticas apropriadas a cada tipo de fonte, sendo o foco a organização e a conservação corretamente, como por exemplo, conservação dos documentos originais, incluindo na política de preservação de programas de reprodução dos documentos em outros suportes como microfimes e digitalização.

Precisamos despertar o interesse também do Poder Público por meio de suas instituições para criar projetos, oficinas visando o resguardo dessas fontes e memórias de muitas famílias, haja vista que parte da população é indígena. Nessa tentativa de reforçar nossa preocupação, finalizo me apropriando da idéia do Padre Vanthuy Neto quando diz que “todo arquivo é lugar de memória e o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima guarda fontes, fontes essas que falam e principalmente a fala daqueles que pouco foram ouvidos.”

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, n. 21, 1998, p. 9-34.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 2002.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. Brasília, IBICT, v. 25, n. 2, 1995.

NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, 1993.

OPHIR, Adi. Das ordens no arquivo. In: SALOMON, Marlon (org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

SANTOS, P. **Estudos sobre memória e história**. São Paulo: 1998.

SILVA, Wysterley Marins da. **Arquivos de interesse público e social: a atuação do conselho nacional de arquivos**. Niterói: 2011. (Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense – UFF).

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em História**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FONTES

BOLETIM INFORMATIVO do Setor Indigenista, n. 4, Boa Vista, Diocese de Roraima, dez. 1982.

FOTOGRAFIAS do acervo pessoal. Boa Vista, set./nov. 2014.

PALOSCHI, Roque. **Prelazia**: depoimento [out. 2014]. Entrevistadora: Laiana Santos. Boa Vista, RR: 2014.

VANTHUY NETO. Arquivo Indígena da Diocese de Roraima: depoimento [nov. 2014]. Entrevistadora: Laiana Santos. Manaus, AM: 2014.